

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolive@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

ESTADO SOLIDÁRIO

O PS e o Governo anunciaram a sua visão do futuro da segurança social, o PSD apresentou igualmente a sua proposta e mesmo o Congresso próximo do "Compromisso Portugal", avançou com uma ideia para o assunto.

Depois do Pacto na Justiça entre o PSD e o PS, apadrinhado pelo Presidente da República, cabe agora a vez de outra reforma essencial para os portugueses. Também aqui o Presidente da República já fez saber publicamente que gostaria de um entendimento alargado na matéria, mas aqui o PS assobia para o ar e finge nada ouvir, limitando-se a criticar as propostas do PSD, sem abrir a discussão. Resta esperar pelo bom senso do PS, o mesmo que o fez recuar na Justiça, permitindo também aqui uma reforma sustentada e aprovada por larga maioria.

O pano de fundo aqui é claro. Com o aumento do número de reformados e a diminuição dos trabalhadores no activo, ao que acresce a necessidade de maiores dispêndios no apoio ao desemprego, o orçamento da segurança social está em crise acentuada. Pior, não se vislumbram possibilidades de melhoria a curto ou a médio prazo.

É que nem o crescimento da economia, sempre anunciado, mas sempre adiado, chega aos míticos 2% nos anos mais próximos, que permita aliviar a carga do subsídio de desemprego e criar mais empregos e aumento de descontos para a segurança social. Nem a imigração permite manter o nível de descontos, que os portugueses já não geram, com a redução da natalidade e da entrada na vida activa.

Os dois modelos clássicos de segurança social digladiam-se e adiam-se soluções inovadoras, preferindo-se conservadorismos tacanhos. O PS não fala senão na manutenção do actual sistema, dando aqui uma mão à sua ala esquerda, normalmente tão maltratada por Sócrates.

O PSD aposta claramente no futuro, na mudança do paradigma actual, velho do século XIX (Bismarck a inventou nos idos de meados de mil oitocentos...). Não é possível garantir a todos os que actualmente descontam uma pensão sua na velhice. Os descontos são na verdade impostos sociais sem retorno pessoal.

Falta Justiça, Solidariedade e Igualdade. Tudo aquilo que se torna possível com o modelo do PSD. A aposta reside na liberdade de cada um construir a sua segurança, para lá de um mínimo social garantido. Ajudando também a dinamizar o investimento e a economia.

Claro que a transição dos modelos, do passado para o futuro, provoca um desequilíbrio nas contas da segurança social, mas essa transição pode ser atenuada e tem claras vantagens nas contas do Estado e na Justiça Social.

O modelo do PSD é o único capaz de permitir um futuro com um Estado Solidário.

Apesar da "porta fechada" dos socialistas

Marques Mendes continuará a lutar com firmeza pelo nosso projecto de reforma da Segurança Social



(Pag. 2 e seguintes)

Destaques:

Parlamento reabre com discussão de lei sobre órgãos de Segurança do Estado

Madeira e Açores em graves discordâncias com o Governo Socialista da República

Comissão de Pescas do Parlamento Europeu em visita de estudo e trabalho ao Algarve

Actividades do Presidente do PSD

Em diversas ocasiões e lugares, desde a Confederação do Comércio à festa do PSD de Bragança, (em Vinhais), Marques Mendes mantém a luta pelo acordo sobre Segurança Social

No passado dia 15, o Presidente do PSD, Luís Marques Mendes, manteve um encontro de trabalho com responsáveis da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, após o qual o presidente da Confederação, José António Silva, afirmou hoje existir “consonância” de posições entre a CCP e o Partido Social Democrata.

No encontro foram discutidas questões relativas à reforma da Segurança Social e ao pacto de Justiça, bem como assuntos relativos a um maior apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME).

José António Silva adiantou que em cima da mesa esteve ainda a revisão, “a curto prazo”, do licenciamento e horários de funcionamento do comércio.

José António Silva afirmou a satisfação da CCP com o apoio que o PSD manifestou em relação às preocupações dos comerciantes.

Marques Mendes, para além dos assuntos específicos relativos à acção da Confederação, abordou questões mais amplas, de interesse da economia nacional, considerando que os dados da execução orçamental até Agosto indicam o descontrole da despesa pública, e que a situação é “muito preocupante”.

“Os gastos do Estado não estão a ser controlados pelo Governo”, afirmou Marques Mendes referindo-se aos dados da execução orçamental até Agosto divulgados pela Direcção-Geral do Orçamento (DGO), dizendo que a situação das contas do Estado é “muito preocupante”.

“A despesa total cresce mais do dobro do que tinha previsto, a despesa primária corrente quatro vezes mais e a despesa corrente primária (sem contar os juros) quase duas vezes mais do que o previsto”, referiu, reiterando que, enquanto Portugal não conseguir crescer três por cento ao ano “o nível de vida dos portugueses estará cada vez mais longe da Europa”.

Segundo o relatório de execução até Agosto da DGO, a receita pública cresceu 7,7 por cento, enquanto a despesa aumentou 2,8 por cento, com um grau de execução de 65 por cento.

Ainda sobre o assunto, o líder do PSD anunciou que o seu partido irá apresentar no Parlamento um projecto próprio para a reforma da Segurança Social, apesar de continuar a considerar “desejável” um acordo com o Governo nesta matéria e

canalizada para uma conta individual de capitalização.

De acordo com esta proposta, para gerir as contas individuais de capitalização existiria obrigatoriamente um fundo público gerido pelo Estado ou uma instituição pública, a par de fundos privados, cabendo ao trabalhador escolher qual

Segurança Social, organizado pelo grupo parlamentar do PSD, criticou a forma em “circuito fechado” como o Governo está a tratar a reforma da Segurança Social, reiterando a disponibilidade dos sociais-democratas para “trabalhar e colaborar” com o executivo.

“Querem tratar de uma matéria desta natureza em circuito fechado e é um erro de palmatória”, afirmou Marques Mendes, no encerramento de um colóquio sobre o futuro da Segurança Social, organizado pelo grupo parlamentar do PSD.

Respondendo implicitamente ao ministro do Trabalho e da Segurança Social Vieira da Silva, que tinha sido o primeiro responsável do PS a afirmar, no dia 12 de manhã, que o Governo não estava “disponível para celebrar um acordo com base em propostas não fundamentadas”, Marques Mendes garantiu que o “modelo misto” para a Segurança Social que o PSD propõe está estudado pois

“Temos o modelo definido, as contas feitas, os cenários e projecções elaborados e estamos disponíveis para trabalhar e colaborar. É só marcar a



apesar das opiniões do PS e do seu líder

“Vamos apresentar o nosso próprio projecto na Assembleia da República”, já tinha adiantado o líder social-democrata, em declarações aos jornalistas à entrada para o encontro.

Salientado que o projecto que o PSD irá apresentar no Parlamento “é um bom projecto” que garante a sustentabilidade da Segurança Social no curto, médio e longo prazo, Marques Mendes criticou a proposta do Governo para esta área.

O “modelo a que do Governo está amarrado” esgotou-se, “só dá uma certeza que é insegurança para os trabalhadores e a redução das pensões no futuro”, referiu.

Questionado sobre se a decisão de apresentar um projecto próprio para a reforma da Segurança Social significa que o PSD já não acredita num acordo com o Governo nesta matéria, Marques Mendes garantiu que não mudou de opinião.

“Não mudei de opinião. É desejável para o país um acordo, mas para isso é preciso as duas partes estarem interessadas”, disse.

A ideia de um acordo entre os sociais-democratas e o Governo para a reforma da Segurança Social tem sido rejeitada pelo executivo, que diz não querer “a privatização parcial do sistema”.

O modelo alternativo do PSD para reformar a Segurança Social foi apresentado por Marques Mendes, em Julho, durante o debate do Estado da Nação, e prevê um sistema misto, em que uma parte dos descontos do trabalhador continuaria a reverter para todos e outra parte seria



a entidade que preferia.

A reforma da Segurança Social proposta pelo Governo passa pela introdução de um factor de sustentabilidade, que liga as pensões de reforma à esperança média de vida, e pela aceleração da entrada em vigor da nova fórmula de cálculo, que tem em conta toda a carreira contributiva.

No encerramento de um colóquio sobre o futuro da Segurança Social

O presidente do PSD, Luís Marques Mendes, no encerramento de um colóquio sobre o futuro da

hora e o local”, disse o líder social-democrata, considerando que a decisão de mudar o modelo é um problema de “coragem”.

“O problema é de coragem ou de falta de coragem para mudar ou manter no caminho que leva à falência do sistema”, sublinhou.

Considerando que é tempo de abandonar as “habilidades” e os “jogos políticos, Marques Mendes lembrou que “praticamente todos os parceiros sociais” pensam que é chegado o momento de evoluir para um sistema misto.

“Teimar em manter o modelo já desactualizado há cinco anos é persistir no erro”, insistiu Marques Mendes, lamentando a recusa do Governo em aceitar a sua proposta

Actividades do Presidente do PSD

para um acordo para a reforma da Segurança Social, a partir das propostas que os sociais-democratas e o Governo apresentaram.

“Já ofereci a disponibilidade do PSD para partilhar todas as contas, mas o Governo não aceitou”, afirmou.

A reforma da Segurança Social proposta pelo Governo passa pela introdução de um alegado “factor de sustentabilidade”, que liga as pensões de reforma à esperança média de vida, e pela aceleração da entrada em vigor da nova fórmula de cálculo, que tem em conta toda a carreira contributiva.

Noutra resposta implícita ao ministro do Trabalho e da Segurança Social, que considerou que está ainda por provar que o modelo misto defendido pelo PSD seja “mais eficaz, mais sustentável e justo”, o líder social-democrata sustentou que não se trata de um modelo que o PSD “esteja a inventar”, lembrando que outros países, como a Holanda, já o utilizam com sucesso há muito tempo.

“Devemos aproveitar os exemplos de sucesso e não estar a gerir permanentemente o empobrecimento”, frisou.

Marques Mendes alertou ainda para que o modelo defendido pelo Governo para a reforma da Segurança Social “está esgotado” e estará a entrar em falência “na melhor das hipóteses em 2036”, insistindo na necessidade de se evoluir para o sistema misto proposto pelo PSD que “garante outro grau de liberdade e responsabilidade aos cidadãos”.

Além disso, acrescentou, o modelo defendido pelos sociais-democratas é o único capaz de assegurar, com o “mínimo de razoabilidade”, que um jovem que entra agora no mercado de trabalho não verá a sua pensão reduzida a metade do que receberia hoje em dia.

“Temos de agir com pressa, mas sem precipitações”, sublinhou ainda o líder do PSD.



Sócrates diz “não” às propostas do PSD e “bate com a porta” ao Presidente da República

O Governo, pela voz do Primeiro-Ministro, José Sócrates, fechou definitivamente a porta a um entendimento com o PSD sobre a possibilidade de reformar a segurança social, em termos diferentes dos que estão e vão ser impostos pela Maioria e pelo Governo.

Isto passa-se enquanto – segundo o “Diário de Notícias” - «O Presidente da República, Cavaco Silva, está a exercer uma forte pressão sobre o Governo de José Sócrates para obter um acordo com o PSD na reforma da Segurança Social, à semelhança do que ocorreu na semana passada com a justiça».

Há dias, o líder do nosso Partido, falando na festa distrital dos sociais-democratas de Bragança, que decorreu numa aldeia de Vinhais, Vale das Fontes (onde almoçou com centenas de militantes e simpatizantes), reiterou a disponibilidade do partido para cooperar na reforma da Segurança Social e considerou que «será mau para o país se o Governo recusar».

Cavaco Silva, que estava em visita à cidade de Lamego, diria ainda que «Como Presidente da República, sou favorável a entendimentos alargados noutras áreas [além da justiça] em particular naqueles desafios que enunciei na Assembleia da República na tomada de posse e onde se inclui a sustentabilidade da Segurança Social», afirmou, para em seguida considerar «... importante uma adesão ampla a um modelo de Segurança Social que garanta a sustentabilidade do sistema», frisando que procurou criar um ambiente favorável para que isso aconteça.

O Presidente está, assim, em consonância com Luís Marques Mendes, que, ainda em Vinhais, afirmaria que “Se o Governo, por caprichos ideológicos de esquerda que estão hoje ultrapassados, teimar em não cooperar, isso é sua responsabilidade, mas é mau para o país”.

Marques Mendes comentou ainda a indisponibilidade manifestada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, para fazer mais pactos sociais depois do acordo com o PSD para a Justiça, assinado sexta-feira.

O líder social-democrata considerou que o seu partido pode também dar um contributo para a Segurança Social com uma proposta que, garantiu, não significará a privatização daquele serviço.

“É um modelo novo para garantir

as pensões de hoje e do futuro”, garantiu.

Sobre a desejabilidade deste segundo acordo, Marques Mendes recordou o acordo em matéria de Justiça, sublinhando a vitória que tinha sido a decisão final, preconizada pelo PSD e finalmente aceite pelo PS. “Andei ano e meio a falar sozinho sobre este assunto, mas as vezes, mais vale só que mal acompanhado! Finalmente, só o País, só Portugal ficou a ganhar”, disse, para reafirmar, em seguida, que o mesmo aconteceria se o acordo sobre Segurança Social fosse também alcançado.

Marques Mendes considerou ainda que o Governo “não faz mais do que a sua obrigação se cumprir o défice de 4,6 por cento para este ano”, garantia dada pelo primeiro-ministro na abertura das Novas Fronteiras do PS, no Porto.

“Só é pena que não esteja a controlar a despesa”, afirmou.

Segundo disse, “a despesa do aparelho do Estado está descontrolada e se estivesse a ser cumprida, como o Governo tinha prometido, isso estava a permitir neste momento baixar o IRC das empresas de 25 para 21 por cento”.

“Baixar o IRC, diminuindo a despesa, seria bom para atrair mais investimento e para apoiar sobretudo as pequenas e médias empresas e tenho pena que aí esteja a falhar”, acrescentou.

O presidente do PSD aproveitou a presença no distrito de Bragança para expressar “solidariedade às populações atingidas” sábado pela tempestade em Freixo de Espada a Cinta, que provocou o caos na vila transmontana, com inundações, pessoas desalojadas e avultados prejuízos ainda não quantificados. –

Fontes: Lusa, DN, Povo Livre





O Parlamento retomou actividades no passado dia 15 de Setembro com intervenções de todos os partidos

Na reabertura das actividades normais do plenário do Parlamento, no dia 15 de Setembro, o PSD acusou o Governo de responder aos apelos de entendimento na área de segurança social, de forma “azedada e desconcertante”, sublinhando que o modelo do executivo irá agravar os problemas de médio e longo prazo no sector.

“A receptividade do Governo e de alguns sectores do PS tem sido azedada e, no mínimo, desconcertante”, sublinhou o deputado social-democrata Luís Pais Antunes, numa intervenção no período antes da ordem do dia na Assembleia da República.

O vice-presidente do PSD criticou os argumentos que têm sido apresentados pelo executivo para atacar o modelo proposto pelos sociais-democratas e apresentado pela primeira vez no debate do Estado da Nação, em Julho.

“Primeiro disseram que chegámos tarde, depois foram os problemas dos custos! Mais recentemente apareceram com o fantasma da privatização”, enumerou, sublinhando que “as contas estão feitas e a seu tempo serão apresentadas e discutidas”.

O modelo do PSD para reformar a Segurança Social prevê um sistema misto, em que uma parte dos descontos do trabalhador continuaria a reverter para todos e outra parte seria canalizada para uma conta individual de capitalização.

De acordo com esta proposta, para gerir as contas individuais de capitalização existiria obrigatoriamente um fundo público gerido pelo Estado e/ou uma instituição pública, a par de fundos privados, cabendo ao trabalhador escolher qual a entidade que preferia para receber e gerir a parte individual.

Para o ex-secretário de Estado, “as soluções propostas pelo Governo têm o seu mérito e são globalmente necessárias no curto prazo”.

“Mas não resolvem, pelo contrário, agravam a médio e longo prazo os problemas de sustentabilidade da segurança social”, contrapôs.

A reforma da Segurança Social proposta pelo Governo passa pela introdução de um factor de sustentabilidade, que liga as pensões de reforma à esperança média de vida, e pela aceleração da entrada em vigor da nova fórmula de cálculo, que tem em conta toda a carreira contributiva.



Mota Amaral, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, falou acerca da mensagem presidencial relativa à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados:

O PSD está solidário com o teor da mensagem presidencial que acaba de ser lida.

Lamentamos uma vez mais que não tenha sido possível alcançar, nesta lei estruturante, o desejável consenso dos dois maiores partidos parlamentares.

Acatamos a decisão do Senhor Presidente da República de promulgar o diploma aprovado pelo Parlamento. E acatamos, também, obviamente, a nova Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Já, o mais tardar, em 2008, se fará a experiência dos seus preceitos inovadores.

Mantemos a nossa discordância com a principal consequência deles, que é o aumento do número de Deputados no Parlamento Regional.

E nisto, ao menos, não ficamos isolados, porque no mesmo sentido tem havido diversos pronunciamentos nos órgãos de comunicação social açorianos.

Esperemos que, no futuro, seja possível corrigir este ponto, em coerência com o que já decidi esta Câmara para a Região Autónoma da Madeira e a própria Constituição indícia quanto à Assembleia da República. Aliás, o nosso Presidente Jaime Gama, em entrevista hoje publicada, também preconiza, com as minhas efusivas felicitações, a redução do número de Deputados. – **Mota Amaral**

José de Matos Correia, no debate da proposta de lei nº 83/X

O Deputado José Matos Correia, na sessão de abertura de dia 15, participou no debate da proposta de Lei 83/X, tendo afirmado:

Senhor Presidente, senhor Ministro, senhoras e senhores Deputados: Passaram no início desta semana cinco anos sobre aquele que é, indiscutivelmente, um dos momentos mais marcantes de toda a história contemporânea – o 11 de Setembro.

Revimos então, de novo, as imagens de horror que para sempre ficarão gravadas na nossa memória.

De novo recordámos a indignação que nos invadiu quando presenciámos os cobardes ataques às torres gémeas de Nova Iorque e ao pentágono.

De novo relembámos tantas e tantas atitudes heróicas e tantos e tantos actos de abnegação e de solidariedade humana.

De novo nos sentimos emocionalmente próximos das vítimas dos atentados, mas também das suas famílias e dos seus amigos.

Aquilo que sucedeu há já cinco anos, pareceu-nos, uma vez mais, tão terrivelmente próximo. E fez-nos renovar a convicção de que naqueles actos hediondos não esteve apenas em causa – e isso já seria muito – a vontade de atingir os Estados Unidos da América por via da destruição de alguns dos seus mais destacados símbolos políticos e económicos.

De facto, o que verdadeiramente se pretendeu foi muito mais do que isso.

O real objectivo, todos o sabemos, foi atacar a nossa civilização e os valores fundamentais em que assenta.

Foi pôr em causa a organização das nossas sociedades e as instituições em que se baseia.

Foi questionar o modo de vida que partilhámos e a própria normalidade da nossa existência.

A barbárie não se deteve contudo por aí. E, desde então, outros acontecimentos de natureza comparável – embora, felizmente, de menor dimensão – têm deixado bem à vista o ódio cego e o absoluto desrespeito pela vida humana daqueles que os perpetraram.

Nenhum de nós duvida, igualmente, que a ameaça continua a estar presente no quotidiano das nossas sociedades.

Por isso mesmo, mas também porque se vai notando a presença, cada vez menos tímida, de certas tendências pseudo-explicativas ou mesmo reveladoras de alguma compreensão face ao terrorismo contemporâneo, convém reafirmar

O Parlamento retomou actividades



três ideias muito simples, mas todas elas centrais.

Em primeiro lugar, a ideia de que existe um conflito e de que não fomos nós a dar-lhe início. Neste processo, nós somos as vítimas e os terroristas os agressores.

Em segundo lugar, a ideia de que este conflito tem mesmo de ser ganho. Porque o que nele está em causa é, claramente, a opção por um de dois caminhos: ou o caminho da liberdade, da tolerância e do desenvolvimento ou o caminho da intolerância, do fanatismo e do atraso.

Em terceiro e último lugar, a ideia de que o triunfo neste conflito só será atingido se soubermos agir sem quebras, em solidariedade e com determinação.

Não nos deixando afectar pelas dificuldades imensas da tarefa.

Não tergiversando nas respostas a dar.

Não poupando nos recursos disponibilizados.

Ao mesmo tempo, porém, exige-se-nos que sejamos capazes de não ceder no plano dos princípios.

É verdade que o clima emocional que a ameaça terrorista induz surge como propício à criação de ambientes de tolerância – quando não mesmo de compreensão e incentivo – relativamente a comportamentos e atitudes não conformes com aquilo que são os valores pelos quais as nossas sociedades se devem orientar.

O terrorismo vai ser derrotado

Há, porém, que reagir a essa tentação, até porque, se o não fizermos, teremos de concluir que os terroristas já começaram a ganhar algo, ao levar-nos a abdicar de convicções profundas em troca de ilusórias vantagens conjunturais.

O terrorismo vai ser derrotado. Mas o combate com ele travamos não pode nunca esquecer a necessidade de assegurar que, nas

nossas sociedades, é possível conciliar o direito à liberdade em segurança e o direito à segurança em liberdade.

Mas porquê, senhoras e senhores deputados, fazer aqui e agora todas estas considerações?

Por uma razão muito simples: é que elas têm plena justificação no contexto deste debate.

Com efeito, ao discutir a proposta de lei n.º 83/X, que define a estrutura dos serviços na dependência do secretário-geral do SIRP e que leva a efeito a revisão dos diplomas regulamentadores do SIS e do SIED, não estamos apenas a proceder a uma apreciação de questões de ordem prática, relativas às dimensões orgânica e instrumental dos serviços de informações.

A verdade é que, ao mesmo tempo, estamos a equacionar o pano de fundo que subjaz à actuação desses serviços e, bem assim, a decidir acerca dos modos mais adequados de estes

agirem no sentido de preservar a segurança de Portugal e dos portugueses.

Senhor presidente senhoras e senhores Deputados

As discussões em torno da matéria respeitante aos serviços de informações têm assentado, ao longo da nossa história democrática, num consenso amplo, demonstrativo de um elevado grau de responsabilidade das principais forças partidárias, independentemente, portanto, da posição que conjuntamente ocupam, seja no governo seja na oposição.

Na construção desse consenso, visa-se um objectivo prioritário: dotar o nosso País de um sistema de informações estável e actualizado, capaz de responder, com eficácia, aos novos riscos e ameaças que com cada vez maior frequência vão surgindo.

Aliás, outra concepção não seria aceitável no quadro de um estado de direito democrático, onde os serviços de informações têm de afirmar a sua legitimidade na busca do ponto de equilíbrio entre a salvaguarda dos valores colectivos da segurança interna e externa e o respeito integral pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Assim, para além da definição concreta da natureza dos serviços de informações e das suas atribuições e estrutura orgânica, deve ser clara a delimitação dos objectivos e das missões dos serviços.

Como clara deve ser a sua subordinação a um rigoroso e efectivo controlo democrático, quer do ponto de vista da natureza e qualidade das informações, quer dos métodos utilizados para as obter, quer ainda dos resultados operacionais conseguidos, factores permanentes de legitimação da sua actividade face à constituição e à lei.

Entre nós, duas décadas após a aprovação do texto original da lei

reguladora do sistema de informações – a lei n.º 30/84 –, consolidou-se por fim a ideia de que era necessário introduzir mudanças com substância nas opções fundamentais inicialmente contempladas.

Tal ideia resultou, essencialmente, da confluência de dois factores: a constatação da existência de sérias insuficiências no modelo original e a convicção de que as profundas alterações registadas no contexto da segurança internacional requeriam a implementação de soluções mais eficazes.

Com esse desiderato em mente, procedeu este parlamento à aprovação da lei orgânica n.º 4/2004, por via da qual se determinou uma reestruturação dos serviços de informações e se pretendeu obviar às principais insuficiências e bloqueios detectados.

Esse acto legislativo veio, assim, dar corpo a um novo modelo estrutural, cuja grande inovação se traduziu na criação do cargo de secretário-geral do sistema de informações da república portuguesa, órgão ao qual passou a ser atribuída a função de orientar e coordenar a actividade de todo o sistema, assumindo ao mesmo tempo, naturalmente, a responsabilidade principal por essa mesma actividade.

A iniciativa em discussão dá sequência às indispensáveis mudanças ao nível das estruturas orgânicas do SIED e do SIS

Senhor presidente, senhoras e senhores Deputados, não é este o momento para proceder a uma análise exaustiva do conteúdo da proposta de



O Parlamento retomou actividades

lei n.º 83/x, até porque, como nenhum de nós ignora, não é essa a função constitucional e regimental da discussão na generalidade.

Limitar-nos-emos, por isso, a notar que a iniciativa em discussão dá sequência, no essencial, às alterações introduzidas pela lei orgânica n.º 4/2004, quer no que toca às indispensáveis mudanças ao nível das estruturas orgânicas do SIED e do SIS, quer no aproveitamento que faz da possibilidade, aberta pelo art. 35.º daquela, de proceder à criação de estruturas comuns na área da gestão dos recursos administrativos, financeiros e patrimoniais.

Em 2004, os governos da responsabilidade da anterior maioria – quer o XV que desencadeou o processo de revisão da lei-quadro do SIRP, quer o XVI que apresentou a proposta de lei final à Assembleia da República – deixaram sempre muito clara a sua leitura de que se estava perante uma verdadeira questão de regime, a exigir decisões participadas e dotadas da indispensável estabilidade temporal.

Nessa linha, trabalhou-se então no sentido de construir um adequado entendimento com o maior partido da oposição, entendimento que foi, aliás, conseguido.

Registamos, por isso, como muito positivo, que o governo do partido socialista se tenha mantido fiel, ao longo do processo de elaboração desta proposta de lei, a idêntica atitude.

O PSD não pode contudo isentarse de aqui deixar um reparo acerca do excessivo atraso na apresentação da presente iniciativa legislativa.

Com efeito, não se compreende facilmente como é que o actual governo demorou, após a sua entrada em funções, cerca de um ano e meio até apresentar à assembleia da república esta proposta de lei que, insista-se, visa apenas regulamentar as opções jurídicas e políticas de fundo assumidas em Novembro de 2004.

Lamentamos esse facto por diversas razões. Mas, sobretudo, por ter contribuído para a criação de uma situação de ambiguidade, que deu azo ao surgimento de dúvidas, quer quanto aos contornos do novo modelo, quer quanto às suas consequências do ponto de vista organizacional e operacional.

Dúvidas que, face à sensibilidade deste tipo de matérias, bem como à facilidade com que são objecto de explorações – tantas vezes inadequadas –, do ponto de vista mediático, chegaram a gerar um momento de pública desconfiança quanto ao real alcance das modificações há quase dois anos introduzidas.

Senhor presidente, senhoras e senhores Deputados

A avaliação que o PSD faz do

modelo actualmente em vigor é claramente favorável.

É nossa convicção profunda que as medidas plasmadas na lei orgânica N.º 4/2004 estão a dar os seus frutos e que o sistema de informações da república portuguesa passou a dispor de condições acrescidas para desenvolver, com maior índice de

sucesso, as suas funções.

Com a aprovação da presente lei fechar-se-à um ciclo e ficará completo o quadro legislativo do SIRP, agilizando-se assim, adicionalmente, as condições para a sua eficiente actuação.

Pela nossa parte, congratulamo-nos com isso e temos legítimo orgulho

no papel que desempenhamos para aqui chegar. Porque somos e seremos daqueles que assumem, sem complexos, que os serviços de informações constituem uma peça essencial na defesa da nossa segurança colectiva. Disse.

– José de Matos Correia

Outras Actividades do Grupo Parlamentar

O PSD quer ouvir director da PJ sobre finanças e “paralisia” da investigação

O PSD enviou no dia 13, uma carta ao presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, pedindo a audição do director nacional da Polícia Judiciária (PJ) sobre a situação financeira e a “paralisia” da investigação da instituição.

Na carta, o PSD defende que “o combate ao crime, particularmente nas suas formas de maior complexidade, está tolhido na sua capacidade” e que, “neste quadro, urge conhecer em detalhe o que é necessário fazer-se para inverter este estado de coisas”.

O PSD, que assinou na passada sexta-feira um acordo com o PS para a área da justiça, solicita agora uma audição do director nacional da PJ, Alípio Ribeiro, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que tem a próxima reunião agendada para quinta-feira.

“A situação de estrangulamento financeiro em que se encontra a PJ está a levar à paralisia de

muito do esforço operacional de investigação, com gravíssimas consequências no esforço de combate à corrupção e ao tráfico”, argumenta o PSD, na carta dirigida ao presidente da comissão, o socialista Osvaldo Castro.

Na terça-feira da semana passada, o líder parlamentar social-democrata, Luís Marques Guedes, declarou aos jornalistas que o combate à corrupção ficou de fora do acordo entre PS e PSD para a área da justiça porque “não passa pela criação de novas leis” mas pelo cumprimento das que existem e por condições para a investigação.

Marques Guedes aproveitou para anunciar à comunicação social que o PSD já tinha solicitado a audição do director nacional da PJ no Parlamento, mas a carta dirigida a Osvaldo Castro, que alerta para a “inconcebível falta de meios” nas directorias regionais da PJ, tem a data de hoje.

“O anterior director nacional demitiu-se, há alguns meses, batendo com a porta e denunciando esta situação”, recorda o PSD, que alega que a substituição de Santos Cabral não conduziu a uma melhoria mas a uma “paralisia muito acentuada em várias directorias da PJ, com graves repercussões, nomeadamente para a investigação dos crimes de corrupção”.

Marques Guedes e as previsões económicas do Banco de Portugal

O líder parlamentar social-democrata congratulou-se com a possibilidade do Banco de Portugal rever em alta as previsões para o crescimento económico, mas insistiu que a meta de Portugal tem de ser “crescer três por cento”.

“A revisão em alta é uma boa notícia. É sempre melhor crescer uma décima do que descer uma décima. Mas o problema é que continuamos só a falar em décimas”, disse Marques Guedes, em declarações aos jornalistas à margem de um colóquio organizado pelo grupo parlamentar do PSD sobre o futuro da Segurança Social, que decorre em Lisboa.

O governador do Banco de Portugal afirmou hoje ser “possível” uma nova revisão em alta das previsões da instituição relativas ao crescimento económico para 2006, ressaltando, no entanto, que é necessário aguardar ainda por informações relativas a Agosto.

Só então será possível qualquer revisão, “tanto mais que o crescimento de 0,9 por cento do último trimestre excede apenas em 0,2 pontos percentuais o crescimento que estava implícito para esse trimestre nas nossas previsões anuais de 1,2 por cento”, afirmou.

Apesar de considerar que as declarações do governador do Banco de Portugal “são uma boa notícia”, o líder parlamentar do PSD lembrou que Portugal continua a crescer muito menos que a Europa.

“A Europa vai crescer mais do dobro que Portugal e isso é muito mau para o nosso país”, referiu, apontando como meta um crescimento de três por cento.

“Enquanto nós não conseguirmos alcançar um crescimento de três por cento, os portugueses continuarão a empobrecer em relação à Europa”, sublinhou.

Assim, continuou Marques Guedes, “só com uma meta de três por cento” será possível para os portugueses melhorarem o seu poder de compra e a sua qualidade de vida. – Fonte: Lusa; fotos Arquivo PL (Luís Saraiva)





Duarte Freitas integra Delegação da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu em visita ao Algarve



“esta visita poder dar visibilidade europeia às pescas nacionais, tão esquecidas e marginalizadas pelos actuais responsáveis do Governo” Duarte Freitas

O Eurodeputado do PSD Duarte Freitas integra a Delegação de Deputados da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu que, nos dias 14 e

15 de Setembro, visitaram e conviveram com a realidade das pescas do Algarve.

Para Duarte Freitas, esta iniciativa revestiu-se de particular importância, uma vez que *“29% do emprego do sector das pescas em Portugal se situa no Algarve e que esta região e os Açores integram o grupo das 30 zonas mais dependentes da Pesca na União Europeia”*.

O Deputado do PSD considera *“importante que o Parlamento Europeu conheça a realidade das pescas em Portugal”* e referiu estar convencido de que *“as actividades previstas na agenda desta*

visita, onde se inclui o contacto directo com diversas Organizações de Produtores da Pesca do Algarve, poderão sensibilizar os meus colegas para algumas das particularidades da pesca nacional.”

Duarte Freitas fez questão de salientar que *“o Algarve representa cerca de 94% dos empregos da aquacultura nacional e - sendo a Aquacultura uma das prioridades do novo Fundo Europeu para as Pescas, o Algarve poderá ser uma potência com grande capacidade de desenvolvimento neste domínio”*.

Chamou ainda a atenção para o

facto de *“esta visita poder dar visibilidade europeia às pescas nacionais, tão esquecidas e marginalizadas pelos actuais responsáveis do Governo”*.

Da agenda desta visita, para além do contacto directo com as Organizações de Produtores do Barlavento e Sotavento algarvio, destacou-se uma visita à Universidade do Algarve, à lota de Sagres e ao IPIMAR onde teve lugar uma Conferência de Imprensa às 12.30 do dia 15.

– Marques Duarte

Deputados Europeus criticam FIFA e pedem medidas à Comissão Europeia

“Se a UE não pode regular o futebol, a FIFA também não pode regular a UE” (Graça Moura)

O Deputado do PSD, José Silva Peneda, participou num debate na Comissão de Emprego e Assuntos Sociais do Parlamento Europeu sob o tema “O Futuro do Futebol Profissional Europeu”.

Silva Peneda levantou o problema da articulação entre as normas internas da FIFA e as Constituições dos Estados-Membros e as próprias leis europeias.

Referindo-se ao código de conduta da FIFA, o Deputado português denunciou que esta “ao proibir, em certas circunstâncias, os clubes de recorrer aos tribunais comuns está a violar um princípio geral comum às Constituições dos Estados Membros da União Europeia dado que se trata de um direito irrenunciável. O direito de recorrer aos tribunais comuns é um direito fundamental de qualquer cidadão.”

Silva Peneda denunciou igualmente, o efeito que a possível transmissibilidade a terceiros das penas disciplinares aplicadas segundo o código de conduta da FIFA não é compatível com os princípios do Estado de Direito.

Neste debate, mereceu alargado consenso entre os Deputados europeus a ideia da necessidade de um real controlo e transparência financeira dos clubes. Entre as ideias sugeridas destacamos a criação de uma Agência Financeira Mundial para o controlo financeiro dos Clubes. Este debate culminará com a apresentação de um Relatório do Deputado Ivo Belet onde serão apresentadas várias soluções e medidas para o futuro do futebol profissional na UE.

Também, na discussão correspondente que teve lugar na Comissão Parlamentar de Cultura, o Deputado Vasco Graça Moura instou o relator Ivo Belet a incluir o respeito desses mesmos princípios no seu projecto de relatório, dizendo que “se a UE não pode regular o futebol, a FIFA também não pode regular a UE”, e sustentando, na mesma linha, que “a FIFA tem de submeter-se às normas do Estado de Direito e ao elenco de direitos fundamentais reconhecido por todo o mundo civilizado” e que “não pode ser nunca considerada infracção disciplinar o recurso de um clube aos tribunais comuns” em assuntos que não sejam “estritamente do foro desportivo”, conforme a Lei de Bases do Desporto determina.

De referir ainda que os dois Deputados portugueses, juntamente com o Deputado grego Mavrommatis, são proponentes de uma Declaração Parlamentar escrita que repudia estas práticas da FIFA e que pede à Comissão Europeia que proponha e estabeleça medidas e regras estritas que protejam os Estados Membros das decisões arbitrárias da FIFA, de modo a ser reconhecida a preponderância da Lei da UE em relação ao Código de Conduta da FIFA.



Esta Declaração pede ainda à Comissão Europeia que imponha a legislação de concorrência da UE a todos os acordos concluídos pela FIFA e Clubes de Futebol, protegendo desta maneira no interior da UE o comércio e o mercado de trabalho relativo ao desporto mais popular a nível mundial.

Vasco Graça Moura critica falta de cumprimento de alguns Estados na implementação da legislação comunitária sobre ambiente

O Deputado do PSD no Parlamento Europeu, Vasco Graça Moura, interveio na discussão da nova **Estratégia Energética Europeia**, que pretende ser a solução para problemas tão importantes como a dependência energética europeia, o desperdício energético, as emissões de gases com efeito de estufa e a segurança do abastecimento.

Como **relator do Partido Popular Europeu** para o referido documento, Vasco Graça Moura pronunciou-se esta manhã na reunião da Comissão do Ambiente acerca do **Livro Verde para uma Energia Sustentável, Competitiva e Segura**, apresentado pela Comissão Europeia, e que deverá servir de fundamento para a elaboração de uma **Política Energética Comum**, enumerando uma série de pontos e caminhos a seguir.

Salientou a importância da coordenação e monitorização quanto às medidas a desenvolver no quadro dos dois Livros Verdes, da Eficiência Energética e este, para uma Energia Sustentável, Competitiva e Segura.

Referiu *“a falta de cumprimento de vários Estados-Membros na implementação da legislação comunitária em matérias de ambiente poderia trazer por si só poupanças consideráveis no consumo energético.”*

Graça Moura apontou depois outras medidas que pensa introduzir como seu contributo para o relatório sobre o referido Livro Verde, de entre as quais se destaca o *“reforço do financiamento para investigação e também para a divulgação dos resultados obtidos (que é muitas vezes menor que o desejável).”*



115 Anos da Polícia Municipal - Presidente da Câmara condecora Comandante

A cerimónia comemorativa dos 115 anos da Polícia Municipal, que teve lugar na Praça do Município no dia 12 de Setembro, ficou marcada pela condecoração de elementos destacados daquele corpo e especialmente do seu comandante, com a Medalha de Ouro, imposta pelo presidente da Câmara.

No acto, iniciado com o Hino da Maria da Fonte, executado pela banda da Polícia Municipal, intervieram o comandante do corpo policial, subintendente André Gomes, e o presidente da Câmara, António Carmona Rodrigues, que se dirigiram às forças formadas em parada e à tribuna dos convidados, composta por diversas entidades civis e militares e onde se poderiam destacar o secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, José Magalhães, e a Vereação da cidade e Presidentes de Junta.

Na sua intervenção, o comandante André Gomes agradeceu o “empenho demonstrado no reforço do pessoal a curto prazo, com a vinda de 150 novos agentes para o fim do ano” e reafirmou a determinação deste corpo de polícia

na defesa da “legalidade democrática e direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição da República e da Lei”. Depois enunciar o historial e as competências atribuídas à Polícia Municipal, o subintendente que comanda esta força sublinhou algumas das opções estratégicas da sua actuação, na salvaguarda de pessoas e bens nalgumas zonas emblemáticas da cidade e da “atenção diferenciada, pela positiva” dispensada a outras, com o reforço do policiamento auto e com a “remoção sistemática” de viaturas abandonadas.

Por seu lado, o presidente da Câmara destacou o significado simbólico da comemoração, pela primeira vez, do Dia da Unidade da Corporação, dirigindo-se aos efectivos formados em parada com palavras “com um cunho pessoal, com respeito” para com aqueles que, “de forma altruísta”, “com espírito de missão” e “sacrifício”, defendem pessoas e bens. Reiterando o empenho na “renovação e modernização” desta polícia, Carmona Rodrigues manifestou a sua satisfação por Lisboa ser hoje considerada como “uma das cidades mais seguras”. O edil lisboeta concluiu a sua intervenção dando nota do “justo reconhecimento a todos os elementos da Polícia Municipal”.



Depois da imposição de condecorações (medalhas de Comportamento Exemplar de Ouro, Prata e Cobre, e de Assiduidade de 1ª e 2ª Estrela) a 22 elementos da corporação, Carmona Rodrigues surpreendeu ao anunciar um despacho onde determinava a imposição da condecoração ao comandante André Gomes, justificada pelo “zelo” e contributo positivo demonstrados na “estabilização” desta força policial. A cerimónia terminou com o desfile em continência das forças em parada e demonstração de perícia dos seus meios motorizados.

Reforçada a cooperação entre as cidades de Lisboa e Budapest

Foi inaugurada em Budapest a “REevoluto Budapest 2006”, um grande evento subordinado ao desenvolvimento urbano e imobiliário na Europa Central e de Leste, tendo sido assinada uma “Declaração de Intenções” entre os presidentes das câmaras municipais de Lisboa e Budapeste, António Carmona Rodrigues e Gabor Demszky.

Lisboa e Budapeste são Cidades Geminadas desde 1992 e têm vindo a promover, anualmente, desde essa data, actividades conjuntas, nomeadamente o intercâmbio de artistas. No entanto, as duas Cidades manifestaram o desejo de aprofundar os laços de cooperação já existentes, alargando-os aos domínios da reabilitação urbana, do planeamento e do desenvolvimento urbano.

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, correspondendo ao desejo manifestado pelo Governo Húngaro, bem como pelo Município de Budapeste, convidou uma delegação de representantes nacionais e municipais da Hungria, para num futuro próximo, visitarem a nossa Cidade, uma vez que os desafios que agora enfrentam são muito semelhantes aos que Portugal e Lisboa enfrentaram após à adesão à então Comunidade Económica Europeia.

O Governo Húngaro e o Município de Budapeste estão particularmente interessados na temática dos Fundos Estruturais e de Coesão, pretendendo, por isso, aprofundar os conhecimentos quanto à sua obtenção e utilização, no que isso implica de preparação de projectos, de planeamento, de negociação e a sua aplicação.

Carmona Rodrigues, na cerimónia de abertura do “REevoluto Budapest



Notícias de Lisboa

2006” referiu a importância desta Declaração de Intenções – enquadrada pelo Acordo de Geminação existente – para as empresas portuguesas que estão sediadas na Hungria e que desenvolvem a sua actividade em Budapeste, por significar uma maior aproximação e um estreitar de laços entre as duas Cidades e os seus cidadãos, abrindo caminho para novas oportunidades de investimento mútuo.

Após a cerimónia de abertura, o Presidente da autarquia visitou o Metro de Budapeste em cuja construção estão envolvidas empresas portuguesas.

O Presidente do Município de Lisboa aproveitou a oportunidade para transmitir a experiência de Lisboa no que diz respeito à Reabilitação Urbana, tendo-se referido ao modelo legal e à criação das Sociedades de Reabilitação Urbana, bem como à candidatura da Baixa Pombalina a Património da Humanidade classificado pela UNESCO.

No segundo dia da visita, o dia foi dedicado a diversas iniciativas, nomeadamente, contactos institucionais com uma visita ao parlamento húngaro, no âmbito do comércio e abastecimentos com uma visita ao mercado central, terminando, no sector da cultura, com uma deslocação à grande biblioteca de Budapeste.

CML aprova veículos mais amigos do ambiente

A Câmara Municipal aprovou, em reunião do executivo camarário, no dia 13 de Setembro, uma proposta subscrita pelo vice-presidente, Fontão de Carvalho e pelo vereador Pedro Feist, responsável pela frota



municipal, que compreende um projecto que visa criar as condições necessárias à adopção de “veículos mais amigos do ambiente”. Este projecto, que faz parte de um protocolo a assinar entre a autarquia e a Lisboa E-Nova - Agência Municipal de Energia e Ambiente - prevê o desenvolvimento de um plano de renovação de frotas, tendo em consideração os benefícios energéticos e ambientais.

Faz igualmente parte do projecto uma proposta de introdução de um sistema de certificação de veículos e a criação de uma nova categoria de viaturas nas centrais de compras. Com esta iniciativa, a câmara pretende que “Lisboa venha a utilizar veículos menos poluentes e com consumos de energia mais baixos, promovendo, assim, uma melhoria da qualidade do ar na cidade”, afirmou António Proa. O vereador responsável pelo pelouro do Ambiente adiantou ainda que um dos principais objectivos deste plano é “sensibilizar todos os munícipes

para a utilização de viaturas mais amigas do ambiente, nomeadamente pela utilização de combustíveis alternativos”. 379 veículos ligeiros, respectiva repartição de encargos e nomeação do júri.

Loteamento no Alto dos Moínhos

Para o autarca, este “é um passo concreto muito importante que permitirá dotar a CML de uma ferramenta que irá permitir fazer uma selecção ponderada do que devem ser as suas opções em termos de frotas municipais”. A autarquia pretende, depois, “alargar isto a toda a cidade obtendo, com isso, ganhos para o aumento da qualidade do ar da cidade”. A área a lotear Lisboa e para a diminuição das partículas existentes no ar da cidade” metros quadrados, sendo limitada a António Proa acrescentou que, pretende ainda “diminuir a energia consumida na capital, dando, assim, o exemplo na implementação das melhores práticas ambientais da cidade de Lisboa”.

Na mesma reunião de 13 de Setembro, foi ainda aprovada a proposta de loteamento de iniciativa municipal das parcelas de terreno situadas na zona do Alto dos Moínhos, na freguesia de São Domingos de Benfica. A área a lotear abrange uma superfície de 24.545,10 metros quadrados, sendo limitada a Sul pela lateral da Avenida Lusíada, inserindo-se na Unidade de Planeamento 25 - Av.

Lusíada, para a qual se preconizam como objectivos a definição do traçado da referida avenida, a estruturação dos terrenos devolutos de moda a garantir a sua integração nas malhas urbanas envolventes e ainda o realojamento da população residente em barracas.

Esta operação urbana concentrada permitirá garantir, além de uma leitura urbana homogénea da encosta a Norte da Avenida Lusíada, uma passagem pedonal em viaduto sobre esta Avenida ligando espaços verdes das encostas Norte e Sul promovendo, assim, a mobilidade pedonal entre essas duas encostas, agora inexistente.



- Texto e fotos, ©CML

Parque Sustentável de São Marcos

O Executivo da Câmara de Sintra aprovou por unanimidade, uma proposta do vice-presidente, Marco Almeida, que prevê a criação do “Parque Sustentável de São Marcos”, que assenta na instalação de uma solução de tratamento de águas residuais e que permite obter uma grande qualidade de água tratada e com parâmetros excelentes para a rega de jardins públicos e reforço de caudais de ribeiras, com respectiva redução da carga poluente.

Desta forma, será possível uma redução nos consumos e custos da Câmara de Sintra em 4.675 euros mensais e, ainda, uma redução nos custos de tratamento de água em 5.355 euros mensais, apontando assim para um redução global de 10.030 euros por mês.

Será possível, adicionalmente, colmatar o problema da falta de água no Verão sem recorrer à rede pública de abastecimento, através da reutilização das águas subterrâneas disponíveis, mediante a reactivação do furo artesiano existente e dos equipamentos complementares, bem como dos efluente domésticos.

Desta forma, prevê-se a instalação de uma ETAR, com tecnologia de BioReactor, capaz de produzir uma água tratada que cumpra os parâmetros exigidos pelas directivas comunitárias.

Está previsto, também, recuperar, ampliar e otimizar a rede de rega existente; revitalizar as culturas vegetais degradadas; implementar uma solução que impeça o estacionamento ad-hoc, através da colocação de pilaretes nos passeios que confinam com este parque urbano; melhorar o parque urbano com a inclusão de novos equipamentos urbanos, como fontanários, WC's públicos e parque infantil; recuperação e regularização do caudal da Ribeira de Ossos, através de excedentes de água tratada e desinfectada, proveniente dos equipamentos a instalar para o efeito.

O Parque Urbano de S. Marcos está localizado na Freguesia de S. Marcos e tem uma área de 120.491 m², com um sistema de rega composto por 787 aspersores e um furo adstrito com 151m de profundidade.

Dentro de dois meses serão conhecidas as directrizes do Projecto de Revitalização do Parque Urbano de São Marcos, a ser elaborado por um grupo de trabalho constituído pela Divisão Técnica de Ambiente da Câmara de Sintra, pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e pela Agência Municipal de Energia de Sintra.

Este grupo, fará uma análise técnico-económica, que identifique o valor associado ao necessário investimento a efectuar, e analisará em termos técnicos e jurídicos a possibilidade de recurso a modelos de construção/gestão/exploração deste sistema, nomeadamente através do recurso a parcerias, por forma a evitar-se o investimento ou o endividamento do Município.

“Sintra Medieval” faz a velha Vila regressar ao passado

Em Setembro, Sintra regressou ao passado com a realização de uma feira medieval, inserida no evento “Sintra Medieval”, que teve como objectivo proporcionar aos visitantes uma verdadeira viagem no tempo, experimentando as artes e os sabores da época.



A “Feira Medieval” realizou-se nos dias 15, 16 e 17 de Setembro, no Largo D. Fernando II (Largo da Feira), em S. Pedro, entre as 17h00 e as 23h30 na sexta-feira e das 15h00 às 23h30 no fim-de-semana.

No âmbito desta iniciativa, foi recriado um mercado medieval, com artesanato recreativo da época, gastronomia, trabalhos em pele, em estanho, sabões, amuletos, cerâmicas, “farmácia antiga”. Decorreram ainda, actividades circenses, teatro, música e um espaço infantil.

Circo Acrobático de Pequim: “Dreams- Sonhos”

O espectáculo “Dreams”, cabeça de cartaz no último festival internacional de Montecarlo, subiu ao palco do Olga Cadaval, no dia 16 de Setembro, onde 35 ginastas e acrobatas apresentam uma actuação baseada na arte milenar da acrobacia chinesa.

“Dreams” revela um colorido mundo de sonho visto pelos olhos de uma criança. Foi um espectáculo completo, coreografado teatralmente para audiências de todas as idades, oferecendo um amplo leque de entretenimento, incriveis acrobacias, música atraente e extraordinários efeitos luminosos.

Fundado em Outubro de 1950, o “Circo” é responsável por uma importante contribuição para a espectacularidade das acrobacias e da abundância das actividades culturais conexas.

Nos últimos 50 anos visitaram mais de 80 países contribuindo para o estabelecimento de relações entre o povo chinês e todos os povos do mundo, tendo sido o primeiro grupo que saiu para o estrangeiro representando a China.

Actualmente, o circo tem mais de 100 números diferentes, entre representações aéreas, equilibristas, animais amestrados, farsas, imitações, magia, coordenações de grupos e acrobacia tradicional que recolhe ideias do baile, da ópera e do teatro chinês.



Foram condecorados, desde a sua formação, com 18 medalhas de ouro em diferentes competições internacionais, e estão considerados entre os mais importantes circos chineses. Em definitivo, um fabuloso e surpreendente espectáculo.

Nova escola em Monte Abraão

Já teve início a construção da Escola de Ensino Básico do 1º Ciclo de Monte Abraão, uma obra que se assume de extrema importância uma vez que irá aliviar a Escola nº1 de Queluz, o estabelecimento de ensino do 1º Ciclo com o maior número de alunos em Portugal (950).

A nova escola, com uma área útil de 1695 metros quadrados, entrará em funcionamento no ano lectivo de 2007/2008, já que a duração desta empreitada está prevista durar pouco mais de 10 meses.

A obra, com um custo de mais de um milhão e meio de euros, prevê a construção, no primeiro piso, de um ATL, oito salas de aulas, sala de informática, biblioteca, sala de professores, sala de expressão plástica, duas salas de aulas no ATL, gabinete médico, entre outras.

No piso térreo, irá ficar localizado o refeitório e a cozinha, balneários, uma sala polivalente, recreio coberto e arrumos. – Gab. Imp. CMSintra

Notícias de Setúbal

Em nome de Alcácer do Sal, o deputado Luís Rodrigues questiona Governo, sobre segurança da velha ponte metálica e da ponte “provisória”

O PSD de Setúbal questionou o Governo sobre o estado de conservação das duas pontes de Alcácer do Sal, por receio de um agravamento das condições de segurança daquelas infra-estruturas no próximo Inverno, disse à Lusa o deputado Luís Rodrigues.

A preocupação dos sociais-democratas consta de um requerimento ao Governo em que o deputado social-democrata pede cópias dos relatórios das últimas inspeções e intervenções técnicas nas duas pontes, que estão sob a responsabilidade do Instituto de Estradas.

“O que pretendemos saber é se o governo está em condições de garantir a segurança das duas pontes e quando se propõe avançar com as obras de recuperação/requalificação da ponte metálica que tinham sido anunciadas para este ano de 2006 pela Câmara Municipal de Alcácer do Sal”, disse à Lusa o deputado social-democrata.

“A outra ponte, provisória, que também apresenta alguns problemas de conservação, deverá ser desmantelada depois de concluídas as obras de recuperação da antiga ponte metálica”, esclareceu o ex-presidente da Comissão Política distrital do PSD/Setúbal.

De acordo com o requerimento do PSD, a ponte metálica de Alcácer do Sal, construída na década de 40, é reconhecida pela sua “relevância arquitectónica e paisagística” e pela sua importância para a mobilidade da população residente nos bairros da margem sul do rio Sado.

O texto do requerimento de Luís Rodrigues

O Executivo do Município de Alcácer do Sal anunciou no início do corrente ano, em sede de Boletim Informativo, que o Instituto das Estradas de Portugal iria proceder durante 2006 às obras de recuperação e alargamento do tabuleiro da “Ponte Metálica” dado o estado de degradação e ausência de segurança que passou a constituir para os peões, assim como para o trânsito automóvel.

Previa ainda que a “Ponte Provisória”, de construção mais recente e localizada paralelamente à primeira, seria posteriormente desmantelada, dado também esta se encontrar actualmente em estado de degradação.

A referida “Ponte Metálica” é pois considerada pela sua relevância arquitectónica e paisagística, datada da década de quarenta, assim como pela sua pertinência em termos de acessibilidade do trânsito interno da cidade à margem onde se localizam bairros pertencentes a esta cidade (Bairro do Forno



da Cal e Bairro da Quintinha) assim como no acesso à Estrada Nacional 120 em direcção a Grândola, IC 33 ou em direcção ao litoral, desde Tróia até Sines.

No entanto até à presente data não foi efectuada qualquer intervenção técnica.

Neste contexto, solicito que o presente documento seja remetido ao Governo, para que o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, me possa prestar os seguintes esclarecimentos:

1. Quais as datas das últimas inspeções técnicas efectuadas à “Ponte Metálica”, assim como à “Ponte Provisória”;
2. Qual o conteúdo dos respectivos relatórios, no que concerne a diagnóstico e recomendações. Solicito cópia de tais documentos;
3. Quais as datas das últimas intervenções técnicas de manutenção correctiva ou preventiva efectuadas a ambas as Pontes?
4. Qual a data prevista para o início das obras de recuperação / remodelação da “Ponte Metálica”. O Deputado, Luis Rodrigues – PSD/Setúbal

Notícias do Algarve

Presidente do PSD Portimão solidário com a Universidade do Algarve sobre a Curso de Medicina na UA

Assumiu a Associação Nacional de Estudantes de Medicina a “recusa” a novos Cursos de Medicina, designadamente no Algarve, argumentando com o excesso de vagas, a “emigração” de estudantes de Medicina e os custos a suportar pelas Universidades.

Enquanto Algarvio, Médico, Autarca, dirigente do PSD Portimão e PSD Algarve, com mais de vinte anos de exercício da profissão, tendo exercido funções políticas de âmbito regional na área da Saúde e exercendo actualmente a Direcção de um Hospital da Região, não posso deixar de condenar a atitude daquela Associação.

Só um profundo desconhecimento da realidade da Região do Algarve, da sua Universidade e da proposta de Curso efectuada e do sério e profundo trabalho que está na base desta proposta, pode levar a ANEM a produzir os comentários que a Comunicação Social tem veiculado, pretendendo substituir-se à indispensável autonomia das Universidades e às responsabilidades que competem ao poder político.

O argumento da “emigração”, nos tempos da aldeia global, de fronteiras

abertas, é de todos o mais aberrante. Quem pode impedir que os estudantes portugueses se candidatem a Faculdades espanholas, checas ou outras? Quem pode impedir que regressem já licenciados e entrem no mercado de trabalho? Ninguém pretenderá o desemprego médico, mas desenganjem-se os futuros colegas se acharem que o vosso “emprego” estará assegurado simplesmente impedindo novos Cursos em Portugal.

A ANEM deveria antes de mais solicitar ao Sr. Reitor da Universidade do Algarve, Prof. João Guerreiro, e ao Responsável Pedagógico pelo Curso, Prof. José Ponte, uma reunião de forma a entender os moldes em que aquela Instituição se propõe ensinar Medicina, visitar e conhecer melhor os Hospitais e Centros de Saúde da Região e solicitar à JSD Algarve, e ao seu Presidente, Dr. Cristóvão Norte, uma sessão de trabalho conjunto.

Embora se trate de uma proposta que une os todos os Algarvios, é devida uma homenagem ao trabalho da JSD Algarve, que sem partidizar esta questão, tem lutado com persistência pela sua concretização, realizando colóquios e conferências, culminando numa petição à Assembleia da República

Notícias do Algarve

com 9500 assinaturas, numa atitude responsável que contrasta com a leviandade das afirmações de outros. – **João Amado, CPS Portimão**

Segundo José Vitorino, «O Governo assobiou para o ar» relativamente ao encerramento nocturno do aeroporto de Faro

O ex-presidente social-democrata da Câmara de Faro e actual vereador, José Vitorino, acusou o governo de “assobiar para o ar” no que respeita ao encerramento nocturno do aeroporto, restrição que já dificultou no fim da semana passada – e talvez tenha causado a morte - uma evacuação aérea de um doente de gravidade crítica.

Em comunicado emitido a propósito das dificuldades de transferência para Lisboa, por helicóptero, de um doente renal do hospital de Faro que acabou por morrer no passado sábado, o vereador anuncia a apresentação, na sessão camarária de terça-feira, de uma moção de protesto.

O aparelho não pôde aterrar no aeroporto de Faro, encerrado entre as 00:00 e as 06:00, nem no heliporto no hospital da cidade, encerrado entre as 20:00 e as 08:00.

Na moção, o vereador do PSD vai exigir que seja reposto o serviço de socorros no aeroporto de Faro, 24 horas por dia, e pedir que a situação seja remetida para o Ministério Público, para apuramento de todas as responsabilidades.

Classificando a suspensão daquele serviço entre as 00:00 e as 06:00 como um “autêntico crime”, Vitorino diz que, apesar de terem sido alertados vários ministros e até o primeiro-ministro, ninguém fez nada.

“Que fizeram? Nada! Assobiaram para o ar com justificações sem consistência e foram dando a entender que não havia de acontecer nada”,



acusou, em comunicado.

Segundo José Vitorino, o actual presidente da Câmara (PS), José Apolinário, apesar de ter votado as moções já apresentadas no sentido de repor aquele serviço durante 24 horas, também “nunca se ouviu com a dureza que se impunha”.

“Quem responde pela morte? Quem assume a responsabilidade? Ninguém? Várias entidades vão passar a bola umas para as outras?”, questiona.

O encerramento nocturno do serviço de socorros no aeroporto de Faro entrou em vigor a 01 de Junho e foi desde logo criticado pelo deputado social-democrata Mendes Bota e por sindicatos ligados à aviação, que ameaçaram avançar com uma greve que nunca concretizaram.

– **PSD/Algarve**

Notícias do Porto

Produtoras cinematográficas aceitam cláusula que as impede de dar má imagem da cidade

As produtoras Marginal Filmes e Cinemate vão assinar protocolos com a Câmara do Porto que as impedem de “dar uma imagem negativa da cidade do Porto”, segundo responsáveis das duas empresas.

Os textos dos protocolos a celebrar com as duas produtoras, relativos à rodagem de três filmes no Porto, foram aprovados terça-feira pelo executivo camarário, com os votos favoráveis da maioria absoluta PSD/CDS-PP e contra do PS e CDU, que acusaram o presidente da autarquia, Rui Rio, de introduzir uma cláusula “censória”.

A administradora da Cinemate, Ana Costa afirmou que a empresa vai assinar o protocolo com a autarquia, estando já “em plena produção” do filme “Histórias de Alice”, uma co-produção com a produtora brasileira do realizador Oswaldo Caldeira.

“Entregámos o guião, dissemos os locais onde queríamos filmar e nenhuma questão nos foi colocada. Penso que a cláusula é uma mera formalidade”, disse Ana Costa, co-produtora do filme, cuja rodagem começa segunda-feira no Porto, prolongando-se até 25 de Outubro.

Também o realizador José Carlos Oliveira, da produtora Marginal Filmes, disse à Lusa que vai assinar o protocolo de apoio da Câmara do Porto à rodagem de dois filmes seus, apesar de discordar da cláusula polémica.

“Acho que não é necessário formalizar uma questão dessas, mas compreendo que é uma atitude cautelosa do presidente da câmara”, referiu José Carlos Oliveira.

“Se a Coca-Cola financia um filme em que um actor pega numa lata de Coca-Cola, o actor não vai dizer que é uma grande porcaria”, comparou o



realizador.

José Carlos Oliveira salientou que “tem corrido muito bem” o relacionamento da Marginal Filmes com a Câmara do Porto, nos últimos quatro anos de esforço da produtora em “descentralizar a produção de Lisboa para o Porto”.

O realizador afirmou que, apesar de a equipa e meios da Marginal Filmes estarem na capital, fica mais barato filmar no Porto com o apoio da câmara do que em Lisboa sem apoio autárquico.

Segundo José Carlos Oliveira, a deslocação e alojamento no Porto de toda a equipa de produção durante duas semanas custa menos do que as taxas de ocupação da via pública, o aluguer de espaços propriedade da autarquia e a contratação de segurança, despesas que são evitadas com o apoio dado pela Câmara do Porto.

Os filmes objecto de protocolo com a Marginal, “Queta” e “O Dia em que Ó”, deverão ser rodados no Porto na Primavera de 2007.

O Gabinete de Comunicação da Câmara do Porto referiu que se mantém “válida” a posição assumida há três meses pelo presidente da autarquia sobre um protocolo semelhante assinado com a Fundação Eugénio de Andrade.

A fonte disse que Rui Rio “não quer comentar mais o assunto”, remetendo explicações para as respostas por escrito, publicadas na imprensa diária, a três perguntas dirigidas ao autarca.

Nessas respostas, Rui Rio afirma que a cláusula tem um “carácter simbólico, que visa defender o respeito pela cidade e a racionalidade na utilização dos seus recursos”.

O autarca explica que a fiscalização do cumprimento da cláusula será feita com a visualização de cada filme apoiado, devendo a autarquia ser ressarcida do valor correspondente a esse apoio caso a cláusula seja violada.

“A Câmara Municipal não proíbe a realização de filmes que dêem uma má imagem do Porto. Apenas se recusa a dar-lhes apoio”, frisa Rui Rio. – **Fontes: Lusa, DN, JN**

Notícias de Aveiro

“Orria” - 1ªs jornadas da Ria de Aveiro: Concurso de Fotografia “A ver a Ria”

Setenta e nove concorrentes, 109 trabalhos e 845 fotografias foram avaliados no Concurso de Fotografia “A ver a Ria”, tendo o primeiro prémio sido atribuído a Virgílio Amorim, de Rio Tinto, o segundo a Marcella Guilina Lorenzi, de Itália e o terceiro a José Carlos Cerveira da Fonseca, de Anadia. Os premiados irão receber material no valor de 250,00 euros, de 150,00 euros e de 75 euros, para primeiro, segundo e terceiro lugar, respectivamente.

O júri foi constituído por Virgílio Nogueira do Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal de Aveiro, Adriano Miranda, profissional de fotografia; João Godinho do Gabinete de Design da Câmara Municipal de Aveiro; Vasco Alves Lopes da Junta de Freguesia da Vera Cruz e Fernando Marques, presidente da Junta de Freguesia da Glória.

Cada participante entregaria conjuntos de fotografias que não podiam ultrapassar o número máximo de 10 e apenas poderia concorrer com um máximo de dois conjuntos de fotografias.

Com o objectivo de promover a Ria de Aveiro e permitir que as mais diversas pessoas pudessem mostrar um novo olhar sobre a mesma, a Câmara Municipal de Aveiro e as Juntas de Freguesia de Aradas, Cacia, Esgueira, Glória, São Jacinto e Vera Cruz promoveram o concurso de fotografia “A ver a Ria”.

As melhores fotografias a concurso farão parte da Exposição “Juntas pela Ria” que será inaugurada no dia 20 de Setembro de 2006, pelas 18.00 horas, no Centro Cultural de Esgueira. A entrega dos prémios será feita após a inauguração. A exposição vai contar ainda com fotos antigas recolhidas nas várias freguesias supramencionadas.

A exposição circulará entre as referidas freguesias pela seguinte ordem: Esgueira de 20 de Setembro a 4 de Outubro; Aradas de 9 a 22 de Outubro; Cacia de 23 de Outubro a 5 de Novembro; Glória de 6 a 19 de Novembro; São Jacinto de 20 de Novembro a 3 de Dezembro e Vera Cruz de 4 a 17 de Dezembro.

Economia e Turismo no dia 13

A Câmara Municipal de Aveiro realizou no passado dia 13, a sessão “Na mira do desenvolvimento sustentável: economia e turismo”, no Auditório do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

No âmbito do SorRia – I Jornadas da Ria de Aveiro decorreu uma sessão coordenada pelo Professor Doutor Joaquim José Borges Gouveia do Departamento de Economia, Gestão e Gestão Industrial da Universidade de

Aveiro, e conta com um conjunto de intervenientes de competência científica, técnica e com marcada experiência de administração e gestão.

Os contributos revestiram-se de significativa importância na procura de soluções para o aproveitamento do potencial económico e turístico da Ria, numa óptica do desenvolvimento sustentável.

Os intervenientes na sessão foram o presidente da Associação Industrial do Distrito de Aveiro – AIDA, Valdemar Silva Coutinho; o professor do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial (Universidade de Aveiro), Carlos Costa; o director-geral da Direcção Geral de Pescas e Aquicultura, o presidente do Conselho de Administração do Porto de Aveiro, José Luís Azevedo Cacho; o presidente do Instituto de Turismo de Portugal, Luís Manuel Santos Silva Patrão, a subdirectora da Direcção Geral de Turismo, Maria Isabel Vinagre; e presidente da Região de Turismo Rota da Luz, Pedro



Silva.

A sessão destinou-se, especialmente a operadores turísticos, associações de profissionais de actividades que decorrem na Ria, agentes culturais e investidores.

SorRia – I Jornadas da Ria de Aveiro é um programa composto por diversas iniciativas que aliam uma vertente de análise e debate de temas a uma outra de cariz lúdico e didáctico. No seu conjunto, as jornadas visam sensibilizar as populações e os vários agentes do território lagunar para a realidade da Ria, num intuito de reconhecer o seu valor patrimonial e o seu papel como fonte de riqueza, bem como de incentivar a uma intervenção dinâmica e responsável.

Em suma, é intenção da Autarquia Aveirense, desde a primeira hora, contribuir de uma forma profícua para o conhecimento da situação actual e, a partir dele, traçar novos rumos tendentes à concertação de actuações que possam constituir o início de uma nova etapa para a Ria de Aveiro.

Os objectivos genéricos das jornadas são sensibilizar a opinião pública para o recurso estratégico Ria de Aveiro; envolver protagonistas de prestígio, especialistas e decisores políticos no debate e na concertação de medidas e políticas em torno do desenvolvimento sustentado da Ria de Aveiro; divulgar e proteger o património natural (fauna e flora); dinamizar iniciativas no leito da ria (visitas pedagógicas, actividades desportivas); estabelecer um programa de arte e cultura inspirado na paisagem e nas vivências lagunares; estimular o gosto e a percepção artística da ria (concurso de fotografia “A ver a Ria”); envolver a comunidade local e as entidades na realização de actividades sócio-culturais que têm a ria como mote; compreender a relação entre o meio humano e o meio natural ao longo do tempo, perspectivar a Ria e a utilização de territórios adjacentes; e celebrar a cultura aveirense, as suas gentes e a sua natureza. – Fonte, CMA; fotos, CMA e arquivo PL



PSD/Açores quer posição única do parlamento, sobre Lei de Finanças Regionais



O líder do PSD/Açores anunciou hoje a apresentação à Assembleia Legislativa Regional de uma proposta para permitir uma posição “forte e consolidada” das ilhas, na revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas (LFR).

Em conferência de imprensa, Carlos Costa Neves adiantou que o projecto de resolução social-democrata a submeter ao parlamento do arquipélago inclui uma série de aspectos globais e específicos que devem ficar contemplados na futura LFR, que constitui “um dos assuntos mais sérios” para a afirmação autonómica dos Açores.

Perante isso, o PSD/Açores está “totalmente disponível” para chegar a consensos com os restantes partidos com assento parlamentar sobre as suas propostas nesta matéria, de modo a que resulte uma “posição forte e consolidada” da região junto de Lisboa.

A Lei de Finanças Regionais, actualmente em fase de revisão, regula o relacionamento financeiro entre o Estado e as regiões autónomas dos Açores e Madeira, caso das transferências do Orçamento de Estado para os dois arquipélagos.

Segundo Carlos Costa Neves, a proposta de resolução social-democrata defende o rigor do articulado na nova LFR, clarificando as fórmulas e as regras de transferências, para evitar que o Governo da República fique em dívida para com a região.

Além disso, a nova lei deve ser o único instrumento no relacionamento financeiro entre o Estado e os Açores para impedir que outra legislação, como a Lei de Estabilidade Orçamental, impeça a actualização das transferências do Orçamento de Estado, explicou.

A futura LFR deve, ainda, garantir a estabilidade desse relacionamento, que não pode “ser precário, nem conter normas transitórias”, uma vez que se trata de um diploma de natureza estrutural para os Açores, defendeu Costa Neves.

Ao nível dos aspectos específicos que devem ficar consagrados na revisão, o PSD/Açores entende que deve ser assegurado um critério para as transferências que “não conduza a valores inferiores aos que resultam da actual” LFR.

Além de confirmar que o IRS e IRC são receita efectiva da região, a futura legislação deve regularizar o “contencioso” entre os governos da República e dos Açores, disse Costa Neves, que explicou que em causa estão 120 milhões de euros de dívida ao arquipélago, devido a uma “diferente interpretação das disposições da actual” lei.

O dirigente social-democrata adiantou, ainda, que a proposta de resolução a apresentar ao parlamento prevê a manutenção do critério em vigor de capitação do IVA, alegando que “não são aceitáveis regimes de transitoriedade semelhantes aos que constam da proposta de Lei de Finanças Locais”.

O presidente do PSD/Açores justificou a apresentação desta proposta com a necessidade de envolver o parlamento neste processo, depois da “escassez de informação” prestada pelo vice-presidente do Governo Regional, Sérgio Ávila, aos deputados.

“Na audição, realizada a 25 de Agosto, a escassez de informação manteve-se, o que afasta o primeiro órgão da

autonomia de uma questão fundamental” para o futuro dos Açores, alegou Costa Neves

PSD da ilha Terceira diz que os alunos estão como “sardinhas em lata”

O líder do PSD da Terceira alertou hoje para a “lotação excessiva” das escolas daquela ilha açoriana, alegando que os alunos estão como “sardinhas em lata”, o que dificulta o seu sucesso escolar.

Em conferência de imprensa, o presidente da Comissão Política do PSD/Terceira, António Ventura, salientou que a carta escolar, recentemente publicada, reconhece que a rede escolar da ilha “sofre de sobrelotação crónica”.

“O ensino devia ser a prioridade das prioridades para o Governo, mas, no caso da ilha Terceira, o calendário de construção de novos estabelecimentos de ensino não se aplica, o que significa que a propagação não coincide com a prática”, acusou o dirigente social-democrata.

António Ventura apontou os casos das escolas Jerónimo de Andrade (Angra do Heroísmo) e Vitorino Nemésio (Praia da Vitória), que foram concebidas para 1.200 alunos, mas que “têm 2.400 e 1.500, respectivamente”.

Segundo os social-democratas da ilha Terceira, entre as escolas a construir e “caídas no esquecimento” pelo executivo açoriano estão as EB2/3 de São Sebastião e do Ramo Grande nas Lajes, assim como as EB1/JI da Fonte do Bastardo, Lajes, Fontinhas, Santa Rita e São Mateus.

António Ventura manifestou-se ainda preocupado com o número de reprovações nos Açores, “verificando-se entre o segundo e nono ano de escolaridade uma taxa de retenção mais elevada, por vezes o dobro, da que se verifica na Madeira e no resto do país”.

Os social-democratas criticaram ainda a concentração de alunos por turma no primeiro ciclo, o que faz com que “a urgente optimização do ensino esteja a ser ultrapassada por critérios economicistas”.

O líder do PSD/Terceira reconheceu, porém, que o Governo Regional “está a cumprir a legislação, uma vez que, apesar da concentração, o número de alunos por turma não excede os 25 previstos na lei”.

Defendeu, assim, a colocação de um máximo de 900 alunos por estabelecimento de ensino e um máximo de 20 alunos por cada turma.

– Lusa e Gab. Imp. PSD Açores, fotos Arqº PL



Notícias da Madeira

“A Região sofre o maior ataque de um governo da República” – afirma o Conselho Regional do PSD

O conselho regional do PSD-Madeira rejeitou qualquer alteração a fazer à Lei das Finanças Regionais e considerou que a autonomia política e os direitos, liberdades e garantias dos madeirenses sofrem “o maior ataque de um governo da República desde 1976”.

Reunido no Funchal, este órgão do PSD-M afirmou ser injustificada qualquer alteração à Lei de Finanças Regionais, considerando que “está em curso um garrote financeiro que querem impor ao povo madeirense, recorrendo a normas inconstitucionais” que contrariam o disposto no Estatuto Político-Administrativo da Madeira.

Para os conselheiros sociais-democratas madeirenses, “o consenso alargado que o Presidente da República vem defendendo para sectores fundamentais da vida dos portugueses mais se justifica ainda nesta matéria de unidade e coesão nacionais”.

“É contra o interesse e contra a ética política a instrumentalização do Estado pelos socialistas para fins partidários que têm a ver com as eleições regionais de 2008, procurando retirar meios a todo o povo madeirense”, acusam os membros do conselho regional do PSD-M.

Neste encontro, os conselheiros decidiram subscrever o acordo sobre Justiça firmado entre as direcções nacionais do PS e PSD, “uma reforma há décadas sempre defendida pelos sociais-democratas da Madeira”.

Disseram ainda esperar que este acordo venha “anular o peso de consequências antidemocráticas, que a sua concretização legislativa seja tecnicamente eficiente e sem debilidade perante os inimigos da democracia, que não disfarce novas subversões de valores nacionais, que garanta os direitos liberdades e garantias de cada cidadão e acautele rigorosamente a imprescindível independência do poder judicial”.

Consideraram ainda ser “miserável e antinacional destruir o inequívoco



desenvolvimento integral da Região Autónoma da Madeira só para fins partidários e para nivelar Portugal por baixo”.

Críticaram o comportamento dos actuais dirigentes socialistas do Funchal e dos deputados do PS-M na Assembleia da República, considerando-o “indigno” e de um “colaboracionismo vergonhoso”.

As críticas foram extensíveis à oposição local, que dizem ter uma postura parlamentar “arruaceira, sem qualidade, sem alternativas credíveis e de insultos pessoais”.

Nesta reunião, o conselho regional mandatou a comissão política do PSD-M para iniciar os trabalhos que envolvam a comunidade madeirense no processo que visa a revisão constitucional de 2009, de forma a garantir a sustentação do desenvolvimento integral dos madeirenses. – Fontes: Lusa, fotos arquivo PL

Encontro/Reflexão sobre a Reforma da Segurança Social No próximo dia 22 de Setembro, no Novotel, em Setúbal Marques Mendes falará na sessão de encerramento

O Governo anunciou alterações profundas no sistema de Segurança Social, que, tudo indica, vão ter reflexos muito sérios nos montantes das reformas dos portugueses que hoje estão no activo e também no futuro dos jovens que vão entrar no mercado de trabalho.

O PSD, por seu turno, também ultimou uma proposta de reforma da Segurança Social.

De igual modo e, à semelhança do que se passou no sector da Justiça, fala-se na possibilidade de um acordo de regime entre o PSD e o PS estando pois o tema na primeira linha da actualidade económico-social nacional. Este assunto é da maior importância para todas as pessoas e famílias, pelo que deve ser amplamente debatido com a sociedade. A sustentabilidade futura do sistema depende, em larga medida, das iniciativas que hoje forem tomadas no sentido de se reformar o sistema e de se conseguir garantir que os direitos, e a consequente liquidez, estarão garantidos amanhã.

Com esse objectivo, o Secretariado Distrital de Setúbal e o Secretariado Nacional dos TSD vão realizar um Encontro no Novotel, Estrada Nacional 10, Montebelo, em Setúbal, no próximo dia 22 de Setembro, sexta-feira, às 21H00.

Serão oradores:

- Dr. Fernando Negrão – Deputado GP PSD e ex-ministro da Segurança Social
- Prof. Dr. Carlos Pereira da Silva – Prof. Catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão
- Engº João Prouença – Secretário Geral da UGT

O encerramento será feito pelo Presidente do PSD, Luís Marques Mendes.

– Gab. Imp. TSD

JSD Vendas Novas promove “Orange Weekend”

A JSD Vendas Novas promoveu nos passados dias 8, 9 e 10 de Setembro o seu maior evento anual: o “Orange Weekend”.

A estrutura procurou, mais uma vez, assinalar o seu aniversário e a rentree política 2006 a nível concelhio com uma iniciativa marcante. Concebeu-se por isso um programa em que se abordassem as principais temáticas do espectro de acção da JSD, incidindo-se sobre questões políticas, desportivas, lúdicas, de solidariedade, entre outras.

Com efeito, o evento começou na passada sexta-feira, 8 de Setembro, com um jantar de abertura no restaurante Canto dos Sabores e em que marcaram presença muitos militantes e simpatizantes da estrutura. Refira-se a participação do Presidente da Comissão Política Nacional da JSD, Daniel Fangueiro, que no final, juntamente com o Presidente da Comissão Política Distrital da JSD, Carlos Sezões, e o Presidente da Comissão Política Concelhia de Vendas Novas da JSD, Ricardo Videira, dirigiu palavras de apreço e incentivo pelo trabalho até então realizado.

O líder da estrutura vendasnovense aproveitou ainda a ocasião para manifestar a sua preocupação pela forma como a autarquia tem gerido os destinos do concelho nomeadamente no que diz respeito ao emprego jovem e inserção no mercado de trabalho, aos incentivos à natalidade, à cultura, entre outros.

Depois do repasto os participantes seguiram para a primeira e animada festa laranja que teve lugar numa tenda montada no largo da feira.

O segundo dia começou com um torneio de futebol em que participaram 8 equipas vendasnovenses num total de mais de 60 jogadores. Esta acção decorreu no pavilhão gimnodesportivo municipal, ficando mais uma vez demonstrada a vontade que os jovens vendasnovenses têm de participar em actividades desportivas desde que estas lhes sejam proporcionadas.

De tarde decorreram na Albergaria Acez duas interessantes conferências com reputados oradores: o escritor Rodrigo Moita de Deus e o Eurodeputado Carlos Coelho. O primeiro apresentou a temática da “Comunicação em Política” deixando aos presentes algumas sugestões para melhorar o seu desempenho em público, enquanto que o segundo falou da “História e Desafios da JSD”. Refira-se que este evento contou com a participação e patrocínio dos eleitos do PSD em Vendas Novas, assinalando-se também a presença do Presidente da Comissão Política Distrital do PSD, António Dieb, e do Secretário Geral da JSD, Rodrigo Saraiva.

Seguiu-se naquele mesmo local um jantar de gala após o qual os participantes seguiram mais uma vez para uma festa laranja.

No último dia decorreu na esplanada montada no largo da feira um ciclo de tertúlias sobre política local, destacando-se naturalmente a presença do vereador eleito pelo PSD para a Câmara Municipal de Vendas Novas, o Arquitecto Luís Braga, que partilhou com os jovens presentes as suas opiniões e ideias relativamente às políticas a desenvolver para melhorar a qualidade de vida dos vendasnovenses.

O evento foi dado como encerrado pelas 19H00m, sendo que segundo os dirigentes da JSD Vendas Novas, “O Orange Weekend foi mais um sucesso, provando a força, dinamismo, responsabilidade e organização da JSD em Vendas Novas, ficando a promessa de regressar já no próximo ano”.



Secção E da JSD de Lisboa emite comunicado relativo à Rede7 da Carris

Comunicado

A Comissão Política da Secção E de Lisboa da JSD, considera que a Juventude Social Democrata tem de ser uma estrutura atenta às necessidades e ao bem-estar das populações. Faz parte integrante da nossa missão enquanto jovens responsáveis políticos locais pronunciarmo-nos sobre assuntos tão relevantes para o dia-a-dia dos lisboetas em geral e dos habitantes do Coração de Lisboa em particular como a reestruturação da rede da Carris.

Sobre um assunto desta importância, a JSD tem de ter uma posição clara, sem demagogias nem tibiezas, como sempre tem sido timbre da nossa filiação política.

Por isso, a Comissão Política da Secção E de Lisboa da JSD:

- Reconhece a necessidade de introduzir alterações nas redes de transportes públicos de modo a melhorar a mobilidade geral dos lisboetas;
- Recusa-se a tomar parte de campanhas demagógicas contra qualquer alteração baseadas na exploração mediática e partidária da insatisfação de pessoas eventualmente prejudicadas;
- Considera que a substância das alterações propostas não pode ser avaliada de maneira exclusivamente positiva nem exclusivamente negativa;
- Apoiar o aumento das cadências de autocarros, de modo a diminuir o tempo de espera e a tornar o transporte colectivo mais atractivo para o cidadão;
- Felicita-se pela generalização dos títulos de transporte sem contacto, e pela adopção da validade horária para o Bilhete 1 Zona, o que permite transbordos a custo zero;
- Aplauda as medidas tomadas no sentido de aumentar a integração entre a rede da Carris, a rede ferroviária, o transporte fluvial e a rede do Metropolitano;
- Critica que as mudanças na rede feitas no sentido de assegurar essa integração o sejam de forma extemporânea, prejudicando a mobilidade dos lisboetas no período de transição em que as alterações previstas para o Metropolitano e transporte fluvial não estão ainda operacionais;

- Censura a importância dada aos transbordos na concepção da nova rede da Carris, que considera discriminatória para os utilizadores de mobilidade reduzida, e estima que o transporte colectivo rodoviário deve servir sobretudo as deslocações ponto a ponto e a articulação com os meios pesados, sendo impossível ter uma oferta competitiva baseada em transbordos entre autocarros;

- Insurge-se contra a penalização específica do Coração de Lisboa, nossa área de Secção, nomeadamente através da supressão da carreira 33, que serve os hospitais do Centro de Lisboa, desempenhando por isso um importante papel social.

Por outro lado, esta Comissão Política:

- Entende que uma empresa pública como a Carris tem especiais responsabilidades que derivam da sua posição monopolista, e como tal deveria proceder às alterações da sua rede com a maior transparência, recorrendo nomeadamente a procedimentos de consulta pública que permitissem integrar nos planos de alterações as necessidades exprimidas pelos cidadãos interessados;
- Exprime a sua estranheza perante a rejeição pela Carris do parecer negativo votado unanimemente pela Câmara Municipal de Lisboa, no que constitui um acto de claro desrespeito pelo Poder Local democraticamente eleito por todos os lisboetas;
- Considera que esta atitude põe a nu o centralismo e a arrogância do Governo do Partido Socialista, que tutela a Carris;
- Denuncia a sabotagem pelo Partido Socialista das tentativas de dotar Lisboa de uma Autoridade Metropolitana de Transportes, capaz de regular e incrementar as condições de mobilidade em toda a Área Metropolitana;
- Apoiar a posição do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de exigir que o Município lisboeta tenha assento nos Conselhos de Administração da Carris e do Metropolitano de Lisboa, de modo a assegurar a correcta representação dos cidadãos a quem esses serviços de transportes devem servir.

P'la Comissão Política
Vasco Campilho
Rodrigo Neiva Lopes

JSD Amadora emite comunicado

Carris no Município da Amadora:

Espanto e Choque

A Carris tem como objectivo primeiro o serviço da população da Grande Lisboa. Este desiderato deveria ter como obrigação a informação clara, objectiva e concisa de toda e qualquer alteração do serviço prestado à população.

Assim era expectável.

Contudo, muito recentemente, a comunicação social deu a conhecer como um facto consumado uma profunda reestruturação nas carreiras que servem as populações de vários municípios incluindo a Amadora.

No Município da Amadora foram eliminadas duas carreiras e foram alteradas mais quatro.

Estas alterações, agravadas pela total inexistência de uma campanha de informação e de sensibilização dos utentes, constituem uma alteração radical e desnecessária dos hábitos das populações mais atingidas, ainda para mais estando estas em zonas socialmente complexas.

São inúmeras as consequências que advêm da falta de comunicação por parte da entidade Carris, afectando de forma extremamente relevante, o tempo, a produtividade, a comunicação e o agregado familiar de uma parte considerável dos habitantes da Amadora.

Esta atitude autoritária e completamente desadequada ao espírito democrático da nossa sociedade vem condicionar a mobilidade de milhares de pessoas, atingindo aqueles que estão mais excluídos e vulneráveis.

A Carris não pode esquecer a sua vertente de serviço público!

De igual forma, e de acordo com os dados disponíveis, nem as juntas de freguesia, nem o executivo da Câmara Municipal da

Amadora foram consultados sobre estas alterações nem foram apresentados estudos que as suportem.

Ao invés do desejado, a Carris adoptou uma postura fechada, de costas voltadas para os interesses dos utentes e ignorando os eleito locais.

É necessário haver uma interacção directa para com as entidades representativas dos utentes e a entidade prestadora de serviço, para que seja possível um entendimento e a satisfação dos interesses de ambas as partes.

Assim, a JSD Amadora exige:

1. A imediata suspensão destas alterações de carreiras
2. A publicitação dos estudos que consubstanciaram estas medidas
3. A informação das autarquias em relação aos planos da Carris até 2010 e qual o seu impacto no tecido social e económico do Município

4. Qual o impacto destas medidas no aumento de tráfego automóvel
A existência de políticas modernas de mobilidade é para a JSD Amadora uma questão estratégica, que condiciona de forma indelével a qualidade de vida da nossa Cidade.

Assim, vão ser apresentadas moções relativas a este grave problema tanto na Assembleia Municipal como nas assembleias de freguesia.

De igual forma, o Vereador Filipe Ferreira já apresentou um requerimento para o agendamento desta questão para a próxima reunião do executivo da Câmara Municipal da Amadora.

Tudo faremos para que os Amadorenses não tenham a sua vida condicionada por decisões radicais e extemporâneas.

Afinal a Carris funciona com o dinheiro de todos nós!



ALMEIRIM

De acordo com estipulado na alínea b) do nº 2 do artigo 50º dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes da secção de Almeirim com capacidade eleitoral activa para reunirem em Assembleia de Secção no dia 20 de Outubro de 2006, pelas 19h00, na Travessa da Olaria, nº 7, em Almeirim, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas para o acto eleitoral das 19h00 até às 22h00.

As listas concorrentes deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o represente até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (17 de Outubro), no mesmo local onde se realizará o acto eleitoral.

As listas concorrentes deverão obedecer ao estipulado no artigo 4º do Regulamento Eleitoral do PSD.

ALPIARÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes do PSD de Alpiarça para reunir, no próximo dia 20 de Outubro de 2006, pelas 20h30, na sede local, sita na Rua Com. Fontoura da Costa, nº 44, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia.

Nota: As urnas encontrar-se-ão abertas por um período de duas horas, entre as 21h00 e as 23h00;

As listas de candidatos deverão ser entregues na sede concelhia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

DISTRITAL DE SANTAREM

Nos termos do artigo 39º dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir, em sessão ordinária, no dia 4 de Outubro de 2006, pelas 21h00, no Novotel, em Setúbal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação Político-partidária.

ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes do PSD da Secção de Esposende para reunirem em plenário no próximo dia 28 de Setembro de 2006, (quinta-feira), pelas 21h00, no Hotel Suave Mar, na Av. Eng. Arantes Oliveira, em Esposende, com a seguinte ordem de trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos de interesse.

MOSCAVIDE

Nos termos do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a

Assembleia da Secção de Moscavide para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 28 de Setembro de 2006 (5ª feira), pelas 21h00, na nossa sede, sita na Rua Maria do Rosário Patacão, nº 4, r/c Dto, em Moscavide, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política local e nacional.

S. PAULO – BRASIL

Tendo em consideração que o mandato dos órgãos de S. Paulo há muito expirou, e de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 71º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. Paulo para reunir no dia 20 de Novembro de 2006, segunda-feira, a partir das 18h00, no Largo do Arouche nº 200 Térreo – Centro – S. Paulo, com a seguinte ordem de trabalhos.

Ponto único: Eleição para a Mesa da Assembleia de Secção e para a Comissão Política de Secção de S. Paulo.

Notas: Para efeito de votação as urnas manter-se-ão abertas entre as 18h00 às 20h00.

As listas candidatas aos órgãos da Secção deverão ser entregues até às 24h00 do dia 17 de Novembro de 2006, no mesmo local onde se realiza a votação (Largo do Arouche nº 200 – Térreo – Centro- S. Paulo) a qual se encontrará aberta entre as 21h00 e as 24h00.



CELORICO de BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia de Secção da JSD de Celorico de Basto, para o próximo dia 20 de Outubro de 2006, (Sexta-feira), pelas 21h00, na Sede do PSD de Celorico de Basto, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição para os Órgãos da Secção de Celorico de Basto.

Nota:

As listas candidatas a este acto eleitoral deverão ser entregues na supra citada Sede do PSD, até às 24 horas do dia 17 de Outubro de 2006.

O Presidente da Mesa

(Bruno Carvalho)

DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se os Conselheiros do Distrito de Santarém, para a Assembleia Eleitoral a realizar no dia 28 de Outubro de 2006, pelas 15h30 no Edifício Sócio Cultural, sito na Rua Vila Ferreira do Alentejo, em Ferreira do Zézere, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política Distrital.

Notas: As listas devem ser entregues até às 24h00, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede Distrital do PSD.



As listas devem ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação e subscritores.

As urnas estarão abertas das 16h00 às 19h00.

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção Concelhia da JSD de Espinho, para o dia 20 de Outubro de 2006, pelas 21h00, a realizar na Sede Concelhia do PSD/Espinho, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção e Mesa do Plenário da JSD/Espinho.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues, em duplicado, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD/Espinho, respeitando os Estatutos Nacionais da JSD.

b) As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

O Presidente da Mesa do C.D. de Aveiro

(Pedro Neves)

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Lousada, para o dia 28 de Outubro de 2006, pelas 17h30, a realizar na Sede Concelhia do PSD de Lousada, sita na Travessa de S. Sebastião com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Análise da Situação Política.
2 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário

(António Filipe Cardoso Barbosa)

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção para o Plenário a realizar no dia 20 de Outubro de 2006, pelas 19 horas, na Sede da Secção da JSD de Mafra, sita no Terreiro D. João V, 61 – 2.º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Secção da JSD de Mafra.

Nota:

As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior, ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem ao abrigo dos Estatutos o possa substituir, na Sede da JSD de Mafra.

As Listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos e listas de subscritores.

As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h30.

A Presidente da Mesa

(Lúcia Maria Q. da Silva)

NÚCLEO de RECARDÃES – ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário de Núcleo da JSD de Recardães, da Secção de Águeda, para reunir no próximo dia 21 de Outubro de 2006, pelas 15 horas, na Sede do Núcleo da JSD de Recardães, sita Rua da Póvoa da Igreja, Recardães, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Apresentação de Candidaturas;

2 – Eleição da Mesa do Plenário e Eleição da Comissão Política de Núcleo da JSD de Recardães.

Nota:

1. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Águeda, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do PSD de Águeda, sita na Quinta das Oliveiras, Águeda, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

2. As urnas estarão abertas das 15h00 às 16h30.

OLEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e nos termos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais da JSD, convocam-se todos os militantes da Secção para o Plenário, a realizar dia 21 de Outubro de 2006, pelas 21 horas, na Sede da Secção do PSD de Oleiros, sita na Rua St.ª Margarida n.º 8, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Nota:

1 – As listas deverão ser apresentadas em listas completas para cada órgão, contendo o nome e o número de militantes de cada candidato;

2 – As listas deverão ser acompanhadas dos respectivos termos de aceitação de todos os candidatos, individual ou conjuntamente;

3 – Deverão as candidaturas ser subscritas por 5% de militantes, até um máximo de 20 membros do órgão competente para a eleição;

4 – Deverão ter número ímpar de membros nas listas candidatas aos órgãos executivos e de direcção de Assembleia, em conformidade com os Estatutos Nacionais;

5 – Candidatos suplentes equivalentes a, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos;

6 – Nenhum candidato pode ser proponente da sua própria candidatura, nem aceitar integrar mais do que uma candidatura para o mesmo órgão;

7 – As listas deverão ser entregues em duplicado até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem ao abrigo dos Estatutos Nacionais o possa substituir, na Sede do PSD de Oleiros;

8 – As urnas estarão abertas das 21h30 às 22h30.

O Presidente da Mesa

(Miguel Garcia)

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD do Porto, para uma reunião, para o próximo dia 28 de Outubro de 2006, pelas 21h30, na Sede Concelhia da JSD, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa
(Filipe Araújo)

RIO de MOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais normas regulamentares aplicáveis da JSD, venho por este meio convocar todos os militantes da Secção de Rio de Mouro para se reunirem no dia 20 de Outubro de 2006 (sexta-feira), pelas 21h00, na Sede da Secção, sita na Calçada da Rinchoa, n.º 10 lj Superior, 2635-309 Rio de Mouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas aos Órgãos deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem legalmente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.